

**APÊNDICE A – Orientações para o preenchimento dos Planos de Ensino
no Portal do Professor**

Plano de Ensino 2021/1		
Universidade Federal do Espírito Santo	Campus: Goiabeiras	
Curso: Ciências Contábeis		
Departamento Responsável: Ciências Contábeis/CCJE		
Data de aprovação (Art. N° 91): 21/07/2021		
DOCENTE PRINCIPAL: profa. Dra. Janyluce Rezende Gama		
Qualificação/link para o Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8879398103246967		
Disciplina: Contabilidade Pública 2	Código: CON3776	
Período: 7º	Turma:	
Pré-requisito: Contabilidade Pública 1	Carga Horária Semestral: 60 horas	
Créditos:	Distribuição da Carga Horária Semestral	
	Teórica	Exercício
	Laboratório	
Ementa: Estrutura Conceitual Básica. Contabilidade pública – conceitos, objetivos. Plano de Contabilidade Analítica. Prática de Escrituração Contábil. Lançamentos contábeis. Elaboração das Demonstrações Contábeis – Balanço Patrimonial, Financeiro, Orçamento. Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das mutações do PL, Demonstração do resultado econômico. Patrimônio Público. Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal.		
Objetivos Específicos: Estudo da contabilidade governamental, visando proporcionar conhecimentos conceituais e práticos da contabilidade, objetivando subsidiar o desenvolvimento das atividades de contabilidade no âmbito das instituições do setor público, com registro de lançamentos contábeis e demonstrações.		

Conteúdo Programático:

3.1 - INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA → Campo de aplicação. Objetivo, b histórico da Contabilidade Pública no Brasil. Legislação que rege. Estrutura do órgão cont Diferenças entre contabilidade pública e contabilidade financeira. Patrimônio Público.

3.2 – SISTEMA DE CONTAS E PCASP → Novo Plano de Contas (PCASP). Natureza: Informação Contábil.

3.3 – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS →. Prática de Escrituração contábil no novo plano contas do setor público. Lançamentos conforme MCASP 7 edição.

3.4 – BALANÇOS PÚBLICOS → **Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Púb (DCASP)**. Conceituação e composição do Balanço Patrimonial (anexo 14) Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Orçamentário (anexo 12), Demonstração da Variação Patrimonial (anexo 15). Demonstração dos Fluxos de Caixa (anexo 18), Demonstração das Mutações do Balanço (anexo 19), Demonstração do Resultado Econômico (anexo 20).

3.5 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS BALANÇOS PÚBLICOS → Análise e interpretação de balanços orçamentário, balanço financeiro, patrimonial, demonstração de variações patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das mutações do Balanço, Demonstração do Resultado Econômico, Demonstração do PL. Resolução de casos práticos dos exercícios.

3.6 – INTRODUÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – apresentação dos princípios de gestão fiscal. Apresentação dos principais conceitos da Lei. Discussão sobre os limites da despesa com pessoal e da dívida pública. Apresentação dos relatórios fiscais.

4. Metodologia

- Vídeos gravados pela professora e/ou disponibilizados em plataformas de acesso público (YouTube) que abordam os conteúdos programáticos – acesso via AVA;
- Aulas ao vivo, mediada via plataforma, com duração de 1 hora, realizados 1 vez por semana – todas as terças feiras de 14:30 às 15:30 horas (a princípio) – essas reuniões serão realizadas via google meet, gravadas e disponibilizadas no AVA;
- Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da UFES – www.ava.ufes.br, com a disponibilização de Fóruns, Wikis Colaborativos, Chats, Glossários, Arquivos e outras funcionalidades disponíveis;
- Exercícios avaliativos e não avaliativos

a) As atividades síncronas poderão ser gravadas, pelo professor, para utilização restrita aos fins a que se destina à disciplina de Contabilidade Pública II, facultando-se ao aluno seu direito de não ser gravado ou filmado, mediante expressa manifestação; e

b) Durante a transmissão das atividades síncronas e acesso às atividades assíncronas haverá um alerta, escrito, da proibição de utilização das imagens e vídeos, sem expressa

autorização do professor, direito este resguardado na Lei nº 9.610/98 (BORDAS, 2020).

5. Critérios / Processo de avaliação da aprendizagem:

Nº	Atividade	Tipo	Pontos	
1	Prova 1 - assíncrona	Capítulos 1 e 2	10 pontos	
2	Prova 2 - assíncrona	Capítulos 3 e 4	10 pontos	
3	Trabalho avaliativo	Capítulo 5	10 pontos	
Prova Final			Todos os capítulos	10 pontos

A avaliação será realizada por meio de avaliações assíncronas, levando-se em conta aspectos qualitativos e quantitativos, priorizando os conteúdos mais relevantes da disciplina.

A avaliação será realizada na plataforma AVA, e estará disponível na sala da disciplina, em tópico específico e destacado para cada avaliação.

A nota final do aluno será a média aritmética de três avaliações escritas (10 pontos cada), todas com o mesmo peso.

Observações:

- A Prova Final irá contemplar todas as unidades.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei 4320 de 17 de março de 1964. Estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Comentada. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.133. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.134. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.135. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.136. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.137. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.366. Brasília: 2011.

____. Resolução nº 1.437. Brasília: 2013.

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, VOLUMES II - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS, III - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS E IV - PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO, 7ª EDIÇÃO.

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, VOLUME I -

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS, 7ª edição.

Bibliografia Complementar:

ALBUQUERQUE, C; MEDEIROS, M; e FEIJÓ, P. H. Edição. **Gestão de Finanças Públicas**. 3ª Edição. Brasília: Gestão Pública, 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000.

_____. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei 8.883 de 08 de junho de 1994. Regulamenta o art. 37 inciso XII, da Constituição Federal, institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1993, 1994.

_____. Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissões de prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1995.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público**. Ed. 2010. Brasília, 2011.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Constituição (1989). **Constituição (do) Estado do Espírito Santo 1989**. Vitória: Assembleia Legislativa, 1989.

IFAC, International Federation of Accountants. **2015 Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements**. Acesso em 10 de fevereiro de 2016. <Disponível em www.ifac.org>.

KOHAMAMOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao Setor Público**. Brasília: Vestcon, 2013.

Observações:

Tendo em vista a alguma dificuldade de acesso aos livros constantes das bibliografias, o aluno poderá utilizar como bibliografias:

- Os materiais disponibilizados no AVA;
- Materiais disponibilizados no site do CFC.ORG.BR e STN.GOV.BR

Cronograma:

Data das atividades assíncronas	Conteúdo	Aula síncrona (1 hora)
14/06 a 29/06/2021	Unidade 1 - INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA → Campo de aplicação. Objetivo, breve histórico da	15 de junho 22 de junho

	Contabilidade Pública no Brasil. Legislação que rege. Estrutura do órgão contábil. Diferenças entre contabilidade pública e contabilidade financeira. Patrimônio Público.	29 de junho	
30/06 a 20/07/2021	Unidade 2 – SISTEMA DE CONTAS E PCASP → Novo Plano de Contas (PCASP). Naturezas da Informação Contábil. Lógica da Informação Contábil.	06 de julho 13 de julho 20 de julho	
21/07 a 04/08/2021	Unidade 3 – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS →. Prática de Escrituração contábil no novo plano de contas do setor público. Lançamentos conforme MCASP 8 edição.	27 de julho 03 de agosto	
05/08/2021 (quinta-feira)	1ª Avaliação de aprendizagem assíncrona.	-	
06/08 a 24/08/2021	Unidade 4 – BALANÇOS PÚBLICOS → Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Conceituação e composição do Balanço Patrimonial (anexo 14) Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Orçamentário (anexo 12), Demonstração da Variação Patrimonial (anexo 15). Demonstração dos Fluxos de Caixa (anexo 18), Demonstração das Mutações do PL (anexo 19), Demonstração do Resultado Econômico (anexo 20).	10 de agosto 17 de agosto 24 de agosto	
25/08 a 15/09/2021	Unidade 5 – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS. Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação de itens contábeis patrimoniais.	31 de agosto 14 de setembro	
16/09/2021 (quinta-feira)	2ª Avaliação de aprendizagem assíncrona	-	
17/09 a 06/10/2021	Unidade 6 – INTRODUÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – apresentação dos princípios de gestão fiscal. Apresentação dos principais conceitos da Lei. Discussão sobre os limites da despesa com pessoal e da dívida	28 de setembro 05 de outubro	

	pública. Apresentação dos relatórios fiscais.		
07/10/2021 (quinta-feira)	Trabalho avaliativo - assíncrona	-	
14/10/2021 (quinta-feira)	Prova Final - assíncrona	-	
13 a 20/10/2021	Período de lançamento das notas finais no sistema.		